

# **Cartografías da violência: representações sobre os conflitos socioambientais entre os povos indígenas na tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru.**

Pedro Rapozo.

Cita:

Pedro Rapozo (2019). *Cartografías da violência: representações sobre os conflitos socioambientais entre os povos indígenas na tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/2247>



## Cartografias da violência: representações sobre os conflitos socioambientais entre os povos indígenas na tríplice fronteira amazônica

Brasil, Colômbia e Peru <sup>1</sup>

Pedro Rapozo<sup>2</sup>

### Introdução

As mobilizações políticas pelo reconhecimento identitário e pelas formas de uso coletiva dos territórios entre as sociedades rurais panamazônicas refletem um delicado processo marcado pelas disputas no campo de mobilização política em face dos direitos à perpetuidade de um complexo modo de vida ancestral que se confronta e historicamente resiste contra os grandes empreendimentos econômicos que particularmente demarcaram as especificidades de apropriação mercadológica na Amazônia como reserva de valor. Contemporaneamente, estes problemas são representados pelos diversos entraves e pela judicialização dos processos de fiscalização e demarcação territorial de áreas ocupadas historicamente e consideradas tradicionais ao modo de vida destes povos.

Estas disputas também revelam, em certa medida, a invisibilidade ocasionada pelos conflitos socioambientais e representadas na Amazônia brasileira pela violência institucionalizada dos atos de estados (Bourdieu, 2014) em face dos impactos socioambientais resultantes dos programas de desenvolvimento econômico e das frentes de expansão agropecuárias, que na segunda metade do século XX impulsionaram os discursos sobre o vazio demográfico e a necessidade de ocupação e integração das fronteiras geopolíticas amazônicas (Ianni, 1979, Becker, 2004 e Picoli, 2006 ). As fronteiras aqui são entendidas para além da dimensão física e de seu conteúdo normativo à formação dos Estados nacionais, e sim como relação de mundos opostos e intercambiáveis, que se sobressaem como fronteiras étnicas (Barth, 2011), geopolíticas, e socioambientais mediante contatos e conflitos.

Neste contexto, os conflitos<sup>3</sup> assumem particularidades expressas numa modalidade específica, aquela que se dá em torno da relação entre homem e natureza dados os dilemas de apropriação dos recursos naturais (Theodoro, 2005, Little, 2003, Rapozo 2013).

No campo dos estudos sobre os conflitos socioambientais brasileiros mais recentemente Fleury, Barbosa e Sant'Ana Júnior (2017) afirmam que o desdobramento das reflexões produzidas a partir da sociologia ambiental possibilitaram quatro grandes grupos de



abordagem que se configuraram como investigação nas ciências sociais brasileira: a) os autores que se permitem dialogar com a sociologia ambiental internacional e suas perspectivas teóricas em debate e consolidadas nas últimas décadas, b) os autores que discutem os conflitos socioambientais a partir das relações simbólicas de poder e dominação, c) os autores que discutem o viés dos conflitos socioambientais a partir de uma reflexão sobre como se estabelecem as relações entre os povos tradicionais e os grandes projetos de desenvolvimento nacionais e, por fim d) os autores que se aproximam de uma abordagem sobre os conflitos com ênfase num entendimento dos alargamentos das noções de política e ambiente sob disputas e os choques de distintos mundos.

Entendemos que os conflitos socioambientais são marcados também pelas desigualdades de capital político e econômico, no caso da Amazônia brasileira estão historicamente representados pelas disputas de poder no campo legislativo e executivo – ainda reflexos do histórico tradicionalismo dos sistemas políticos oligárquicos e patrimonialistas – das políticas de demarcação territorial, e de sua morosidade judicial.

A violência muitas vezes torna-se um processo invisibilizador das lutas e da mobilização política na Amazônia, como afirmamos, pois, refletem as inúmeras sujeições dos agentes impactados (comunidades ribeirinhas, povos indígenas), expropriando-os das condições de manutenção efetiva de seus modos de vida e de reprodutibilidade social.

Nos dois últimos 2 anos consecutivos o Brasil lidera o ranking de assassinatos de ativistas ambientais ocasionados por conflitos oriundos, em sua maioria, do agronegócio, dos empreendimentos de especulação imobiliária e de extração mineral. Dentre os quais, Amazônia brasileira concentra 9 em cada 10 mortes de ativistas por conflitos ambientais (87%) e ocupa o 1º lugar no ranking durante 5 anos consecutivos como país onde mais se mata ativistas ambientais (Global Witness, 2018)

A transfiguração dos conflitos, quando comparados a um cenário macronacional, revelam a inoperância da justiça penal e a irresponsabilidade do Estado brasileiro refletidos na dura realidade marcada pela impunidade nos casos de assassinatos resultantes de conflitos diretamente associados às questões ambientais.

Num cenário panamazônico estes conflitos antagonizam diversos agentes envolvidos nestes processos: Estado, latifundiários, expropriados territoriais, posseiros, pescadores artesanais, agricultores, quilombolas e povos indígenas. A ocorrência de conflitos motivados pela transformação do modo de vida, pela permanência e



sobrevivência das sociedades rurais amazônicas tornou-se latente em face do avanço dos sistemas produtivos do agronegócio e dos megaempreendimentos marcados pelas dinâmicas regionais do capitalismo na Amazônia.

Este estudo<sup>4</sup> trata de apresentar uma tipificação sobre os conflitos socioambientais reflexos dos processos de territorialização e as lutas travadas pelo reconhecimento identitário dos povos e comunidades rurais localizados na faixa de fronteira<sup>5</sup> da Microrregião do Alto Solimões<sup>6</sup>, no Estado do Amazonas e que compreende a tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru.

Cabe-nos destacar também que a microrregião do Alto Solimões possui a maior densidade populacional indígena do país (IBGE, 2010). São cerca de 65 mil indígenas distribuídos nos 9 municípios que a compoem (Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutá e Fonte Boa), sobretudo representados majoritariamente pelos povos Tikuna e Kokama, além de demais etnias cuja mobilidade abrange os 3 países.

Suas principais cidades agregadoras de fluxos e atividades econômicas se destacam devido a processos de ocupação que remonta meados do século XIX e hoje representam um dos maiores agrupamentos humanos nas regiões de fronteira amazônica.

A complexidade geopolítica e socioambiental da microrregião do Alto Solimões revela processos que acabaram merecendo maiores entendimentos ao longo dos últimos anos nos estudos acadêmicos, sobretudo as particularidades do contexto fronteiriço.

Pese a estar desconectadas por vía terrestre con otras en sus respectivos países, las dos poblaciones han sido siempre enclaves geopolíticos en la disputa territorial en la (selva) Amazonia. Leticia fue esencial en la definición de los límites entre Colombia y Perú, mientras Tabatinga estuvo en medio de las disputas de los imperios ibéricos por la definición de sus áreas de influencia en la Amazonia, y fue, al tiempo, esencial para definir los límites en la región de Brasil, Colombia y Perú (Motta, 2010, p. 203).

Segundo Conceição da Silva (2013), as tensões sociais pela apropriação dos recursos naturais são marcadas historicamente pelo narcotráfico, pela intensificação da ação ilegal de madeireiros, grileiros, garimpeiros, empresas mineradoras e pescadores comerciais, envolvendo terras tradicionalmente ocupadas<sup>7</sup> por indígenas, ribeirinhos e demais comunidades agroextrativistas.



As distintas formas de uso das terras, aliadas aos aspectos político e identitário entre os agentes envolvidos permitem formas complexas de apropriação do território<sup>8</sup>, convertendo-os num processo de territorialização<sup>9</sup>. Os processos de territorialização comportam elementos que fogem das instâncias legais e muito menos jurídicas quando se tratam de espaços de uso comum, e que se tornam uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas (Little, 2002).

No desenvolvimento e apreensão das informações obtidas, a pesquisa foi baseada numa perspectiva metodológica qualitativa e quantitativa (Martins, 2004; Poupart, 2010), complementada pelos dados documentais e bibliográficos associados com a realização de entrevistas semi-estruturadas com lideranças comunitárias em territórios mergulhados nos conflitos de acesso, uso e gestão dos bens comuns.

Nesta perspectiva, as técnicas de diagnóstico rural e de mapeamento participativo, a fim de que pudéssemos qualificar os cenários de violência e os processos de territorialidade ocasionados pelos conflitos e suas formas de resistência em face das sociedades locais possibilitaram a produção de cartografias sociais construídas através das representações socioterritoriais e situacionais dos interlocutores por meio das principais questões e problemas levantados pelos mesmos.

Para Viana (2008), o mapeamento, no contexto dos recursos naturais e de grupos sociais na Amazônia tem servido como objeto de tentativas governamentais – e mais recentemente não governamentais – de mapeamento. Como uma última fronteira (também) cartográfica, por conter grandes áreas formalmente desconhecidas, diferentes iniciativas têm procurado registrar informações geográficas, segundo diversas e muitas vezes conflitantes perspectivas, dentre elas as noções de território nacional, áreas de fronteira, reservas de recursos naturais, áreas de concentração de biodiversidade e, também, de grupos com identidades culturais e étnicas distintas.

Os conflitos socioambientais na microrregião do Alto Solimões, Amazonas

A microrregião do Alto Solimões, na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, as tensões ocasionadas pela pressão sob os ecossistemas de dominialidade territorial de comunidades rurais indígenas e demais povos tradicionais, são marcadas pela intensificação de agentes econômicos predominantemente externos e movidos por atividades locais associados a presença de uma economia ilícita local. A invasão de lagos protegidos por acordos comunitários de pesca, a extração ilegal de ouro e a comercialização indiscriminada de madeiras retiradas de áreas protegidas representam



elementos significativos à compreensão dos conflitos socioambientais expressos nestas atividades.

As distintas e opostas formas de apropriação da natureza entre os agentes envolvidos permitem-nos também entender como se configuram as relações de uso sobre estes recursos e os interesses econômicos que antecedem a estes fenômenos numa busca sobre quais elementos os ocasionam. Ao serem indagados sobre os principais fatores potencialmente problemáticos e que dificultam a seguridade de seus territórios, os interlocutores ressaltam dimensões sociais, econômicas e ambientais consideradas como as principais fraquezas e ameaças sofridas pelas comunidades rurais.

Isto significa dizer que há nos conflitos socioambientais um entendimento entre os grupos impactados de que existem outros elementos a serem considerados e que impossibilitam a resolução destas questões. Estes podem ser expressos nos problemas sociais comunitários apontados como significativos a realidade local, como por exemplo a precariedade do acesso a saúde, a educação e a questões que se apresentam recorrentes, sobretudo em terras indígenas como o caso do alcoolismo e conseqüentemente do suicídio.

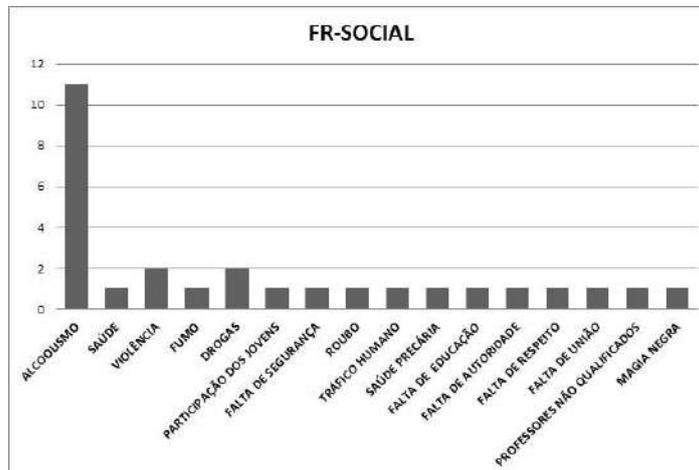


Figura 1. Os problemas sociais identificados nas oficinas realizadas em terras indígenas do Alto Solimões, Amazonas. Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2016, 2018).

Os problemas ambientais na apresentação dos interlocutores são expressos pela necessidade de vigilância e fiscalização permanente e dificultadas pela ausência das instituições responsáveis, permitindo, por exemplo, a ocupação ilegal de áreas protegidas, a invasão de lagos comunitários e de extração ilegal de madeira apontados, junto com a presença de estrangeiros (não brasileiros) como as questões mais



relevantes e que também perpetuam a instabilidade do uso dos ecossistemas locais pelas comunidades rurais.

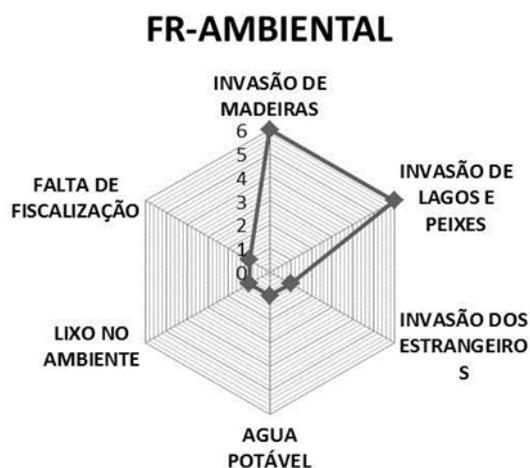


Figura 2. Os problemas ambientais identificados nas oficinas realizadas em terras indígenas do Alto Solimões, Amazonas. Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2016, 2017).

O resultado destas questões assume a complexidade expressa na realidade socioambiental local. Nas informações obtidas a partir do levantamento público sobre ocorrência formal de denúncias que passam a ser judicilizadas e investigadas pelas instituições governamentais locais percebemos parte do problema e como estes subdividem-se nas singularidades marcadas pelas atividades econômicas que impactam as áreas de uso comum das comunidades rurais locais.

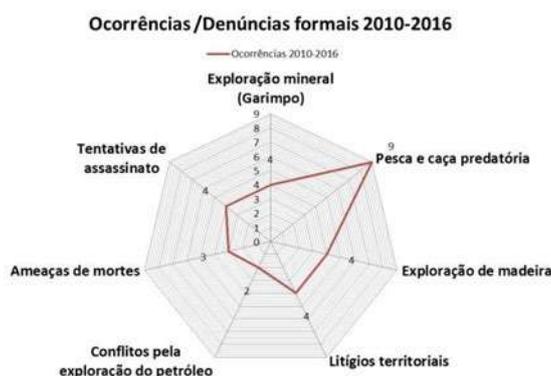


Figura 3. Ocorrência de denúncias formais por conflitos associados as questões ambientais na Microrregião do Alto Solimões, Amazonas. Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2016, 2018).

Muitas destas ocorrências resultam da relação estabelecida entre as redes de exploração e comercialização dos recursos naturais, figurando como principais entraves



na gestão do território, o que nos levou a uma tipificação entre as ocorrências e principais causas de conflitos levantados a partir dos dados obtidos em pesquisa de campo junto aos interlocutores.



Figura 4. Tipificação de conflitos em territórios brasileiros indígenas demarcados e não demarcados ou limítrofes a estes. Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2016, 2017).

Alguns dos elementos circundantes aos problemas dos conflitos se evidenciam como possíveis propulsores das violências ocasionadas na região. Dentre eles poderíamos citar, por exemplo, o financiamento de recursos advindos do narcotráfico, sendo um dos principais problemas da região de fronteira<sup>10</sup>. Este nas últimas décadas passa por um intenso processo de transformação de uma atividade econômica ilícita para uma atividade lícita com redes e conexões para além da tríplice fronteira (Machado, 2001, Steiman, 2002), através do financiamento da exploração do ouro em garimpos que funcionam com o mínimo de legalidade e o máximo de convivência das governabilidades municipais locais, assim como outras fontes potenciais de legalização do lucro oriundo da comercialização da cocaína exportada por meio dos serviços comerciais e também do financiamento de setores extrativistas considerados importantes na região, como o pescador e o madeireiro que contam com a impunidade e o despreparo das instituições governamentais dos três países que deveriam fiscalizar estas atividades porém sofrem com a falta de recursos e qualificação profissional para tal.

Entre determinados segmentos das sociedades locais também são evidenciados o agenciamento de comunidades locais indígenas e não indígenas junto a comercialização e escoamento de produtos oriundos do narcocontráfico. Encontrados como respostas alternativas de geração de renda frente aos índices de pobreza e de vulnerabilidade socioeconômica, estes fenômenos na região cada vez mais tornaram-se relevantes e têm impulsionado políticas estratégicas de enfrentamento a economia ilícita a partir dos mecanismos de repressão e controle das instituições dos países envolvidos.



Assim, os conflitos socioambientais resultantes das relações transfronteiriças são entendidos a partir das redes de atividades comerciais movimentadas pelo extrativismo e capitaneadas pelas economias ilícitas do narcotráfico, passando a introduzir recursos financeiros na região sob o intuito de diversificação de suas divisas na medida em que também movimentam o capital e potencializam disputas pelos acessos aos recursos naturais sendo, conseqüentemente, geradora de diversos problemas associados a violência e o desrespeito dos direitos humanos dos povo impactados financeiros na região sob o intuito de diversificação de suas divisas na medida em que também movimentam o capital e potencializam disputas pelos acessos aos recursos naturais sendo, conseqüentemente, geradora de diversos problemas associados a violência e o desrespeito dos direitos humanos dos povo impactados.

Violação de direitos e formas de (re)existir: contidanos sobre a violencia e as mobiliz ações políticas pelo território

O cotidiano dos conflitos na microrregião do Alto Solimões se configura nas distintas formas de violência pelas quais sofrem as comunidades locais em face da exploração de recursos minerais, da extração ilegal de madeira em territórios protegidos ou na ocupação ilegal em áreas de pesca para captura predatória e comercial. Os conflitos evidenciados representam a sobreposição de mundos: entre as formas de apropriação e posse dos bens naturais pelos povos indígenas e ribeirinhos, seu confronto com as formas de uso dos agentes econômicos locais configura para além da violência expressa, a violação dos direitos e do usufruto do território entre seus habitantes.

Na microrregião do Alto Solimões, particularmente o perfil deste tipo de território, sobretudo daqueles que envolvem áreas indígenas em processo de demarcação ou identificação, tornaram-se mais sensíveis a uma realidade marcada pela violência e pela recorrente condição de insegurança jurídica à proteção física. Este é o caso das tentativas de assassinatos ou das inúmeras ameaças de mortes não contabilizadas nos registros legais e que tornam-se invisibilizadas à luz do poder público.

As modalidades de conflitos encontradas levam à uma sujeição e a (re)produção da invisibilidade dos grupos étnicos mobilizados nos processos de disputa e manutenção de seus territórios. Podemos considerar que esta violência (física e simbólica) também é expressa nas distintas relações de subordinação aos agentes econômicos locais. Na tríplice fronteira amazônica Botía (2017), afirma que os conflitos possuem relação histórica com o desenvolvimento das políticas dos Estados nacionais brasileiro,



colombiano e peruano, bem como suas formas de exploração dos recursos e de militarização desta área de fronteira.

La política de fronteras de los países amazónicos, a pesar de ciertos avances en materia de legislación y de algunos anuncios y prácticas de cooperación, sobre todo militar, sigue orbitando en torno a los objetivos de defensa de la soberanía nacional y de lucha contra el narcotráfico y la violencia insurgente, que desde hace algunos años, sobre todo después de la caída de las torres gemelas y la guerra de Irak, se califica indistintamente como terrorista. La acción estatal tanto en el lado brasilero de la frontera como en el colombiano, al igual que en el caso de la frontera con Perú, ha girado pesadamente en torno a una fuerte presencia militar que permite hablar de unas fronteras cada vez más militarizadas o de unas fronteras donde una importante proporción de la población forma parte de las fuerzas armadas y donde estas juegan un papel decisivo en el conjunto de las sociedades o comunidades de frontera. (Botía, 2017, p. 67)

Marcados pela violência e pela insegurança, estes processos refletem a ineficiência do Estado e as dificuldades em potencialmente solucionar estas situações. No caso em que a realização de atividades extrativistas no entorno das áreas de uso comum das comunidades rurais necessita de autorização do poder público local, verificamos a convivência de instituições municipais pelos fatores agravantes deste processo. Na realização de entrevistas junto aos interlocutores analisamos o caso da extração de ouro realizado ao longo dos rios utilizados por comunidades indígenas para outros fins e como estes impactos são perceptíveis pelas comunidades locais.

Meteram o garimpo alí pra dentro e só parou agora esses dias pq eu fui lá com o vice-prefeito e mostrei esse documento aqui [nos deu o papel pra ler], da Pastoral da Terra, e disse pra ele “é o seguinte, ou tomam providência, ou vai ter bala lá dentro”. A chegada aqui é que foi o perigo. Era todo dia eu abordando eles aqui... chegavam na marra, arriava a draga e a porrada comia aqui, escangalhando com tudo. Não vieram aqui pra conversar não, chegou e arriou a draga e trabalharam...e os cara não vazaram também... “rapaz aqui ninguem sai”, e eu diza “sai, sai daqui sim, sai sim”, “mas nós estamos com ordem do prefeito”, “não, o prefeito manda lá na prefeitura” eu dizia pra ele, lá na prefeitura ele pode mandar, mas aqui não. Aqui eu nasci e me criei. Aqui tá minha mãe, meu pai, meus irmãos. E vá saindo daqui por favor, eu dizia (A. R. M, 64 anos, agricultor e pescador).



O modelo de extração do ouro é realizado através de balsas flutuantes a partir da sucção do leito dos rios onde são coletados materiais que serão mantidos em contato com o mercúrio, principal reagente de captura do ouro, e os resíduos deste processo são despejados no ambiente local, geralmente nos mesmos rios onde as comunidades se utilizam da água para consumo.

Mudou muita coisa aqui... com os peixes, com a gente... era doença de tudo jeito. Dava coceira na gente... tomava banho, saía da água era o mesmo que tá batendo urtiga, ardendo e coçando. Coçava que deus me defenda. Até hoje tenho marca das coceiras na pele os animal morria. Porco, galinha, pato, bebia água e quando subia só fazia subir e morria (R. C. M, 84 anos, agricultora e aposentada).



Figura 5. Atividades econômicas de extração mineral e maderreira de onde resultam os principais conflitos socioambientais. Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2016, 2017).

O trabalho de extração do ouro acaba trazendo consigo outras atividades associadas e que dificultam o modo de vida das comunidades rurais locais. As práticas de extração de madeira, da captura de pescado em lagos de uso comunitário e da caça de animais silvestres sem autorização dos moradores tornou-se algo latente e impossível de fiscalização, sobretudo porque coexiste nestes territórios a inexistente realidade das instituições responsáveis pela fiscalização em terras do Estado e da União, a saber, que os órgãos públicos com poder de veto a estas atividades se encontram distantes cerca de 4 a 5 dias de deslocamento das áreas impactadas e de onde ocorrem os conflitos.

As fiscalizações em áreas de fronteira, como particularmente na microrregião do Alto Solimões, são realizadas com a utilização de lanchas rápidas em rios com extensões significativas. Contudo, a falta de infraestrutura e de recursos humanos efetivos para



garantir a fiscalização pelas instituições presentes (Polícia Federal, Forças Armadas) é o principal discurso apresentado como resposta destes em relação a situação local. Já que estes órgãos acabam destinando seu efetivo para o combate ao principal problema da região, o narcotráfico.

Agora, eles derrubaram aí negócio de seringueira e tudo quanto é planta que serve para a gente, o açaí, essas coisas, derrubaram demais, fizeram o maior escangalho... acabaram destruindo tudo aí... tudo, tudo. Tem lugar que você olha assim parece o Solimões, escavaçado [refere-se as barrancas de terras caídas comuns nas margens do Solimões]... agora o rio tá bonito [na cheia], mas no verão... as praias ficam lá no meio! [Indicativo de assoreamento]... eu queria que vocês viessem no verão... é aqueles borrões torrando de terra lá no meio (L. M., 53 anos, agricultor e pescador).

Outro fator agravante evidenciado está na ausência da consulta prévia aos povos e comunidades locais, sendo desrespeitado o direito a consulta prévia referente aos impactos ocasionados por estas atividades, sobretudo dentre aquelas que necessitam de autorização prévia das instituições governamentais locais. A ausência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é uma realidade que dificulta ainda mais estas situações, já que a fiscalização e análise de empreendimentos como o da extração mineral fica a cargo das secretarias estaduais e municipais do Estado e que pouco dialogam com as comunidades locais.

Isso que ta aí nós nunca fomos chamados pra conversar.

Fui lá com prefeito, falei com o vice “ah rapaz, ninguém dá jeito, isso aí eu não posso fazer nada, porque sou vice, é ordem do governo.”. Os cara lá na boca [referindo-se as terras indígenas demarcadas] já atingiram um tempo desses né, falei pro cacique de lá “vocêis tão aqui na boca deixaram o garimpo entrar, meu irmão? ”, e ele “ ah mais...”, eu disse “pois é, vocês deviam ter subido lá se ajuntado com mais nosso cacique pra nós enfrentar e botar eles pra trás, mas vocês deixaram eles entrarem, o que eu posso fazer sozinho lá?” Uma andorinha só não faz verão (R. S. S, 42 anos, agricultor e extrativista).

A convivência do poder governamental local se vale da ausência de capital político na mobilização coletiva dos povos afetados, e também conta com as transformações na legislação estadual que, durante o último governador –cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral - sancionou o estabelecimento de novas normas para licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, como a Lei Ordinária Nº



155 de 26 de junho de 2015 que estabelece os critérios para expedição de licenciamento ambiental pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, e que por sinal desrespeita os direitos constitucionais dos povos e populações tradicionais no Brasil.

Fui atrás do prefeito, andei o dia todinho, mas não encontrei, parecia que ele se escondia. Até que eu falei com o Paulo Mafra, “ah porque eu to fora daí, não sei o que”..., “mas vc tem algum documento? [Licença]”, ele “teeeem [de forma enfática]”. Pois é, vê o que faz porque assim não tá dando certo não. Ninguém pode nem beber água nem tomar banho. Um horror. Aqui eu queria que você visse quando tava seco, tinha surubim tudo cheio de ferida, de tanto óleo e mercúrio na água, os peixes ficaram tudo ferido. Até soda cáustica jogam (A. R. M, 64 anos, agricultor e pescador).

O aparecimento de resistências representadas na figura das lideranças comunitárias e nos diálogos de mobilização política entre os grupos sociais locais, tem permitido que a luta pela proteção dos direitos de acesso aos territórios e ao bem viver dos povos locais se expressem na construção de formas de (re)existências visibilizadas na emergente discussão sobre a tomada de decisões locais quanto a gestão das áreas territorializadas por estes grupos sociais.

Ao procurar a visibilização dos problemas e a sensibilização através de respostas nas instâncias legais em formato de denúncias, os moradores locais impactados passam a resistir por meio das mobilizações entorno da proteção integral de seus territórios. Este propósito tem como objetivo a instauração de inquéritos para averiguação da violência física cometida pelos agentes econômicos externos e a salvaguarda de seus direitos a favor do reconhecimento histórico de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Para Little (2002), estes fenômenos acabam por se definir através de um esforço coletivo com propósitos claros em favor dos processos de territorialização.

Na medida em que estes agentes se identificam com uso do ecossistema local convertido em territórios contra as atividades de garimpo, extração de madeira, caça ou pesca, estão criando as possibilidades de diálogo impondo a emergência de questões identitárias na (re)construção ou reafirmação dos laços com o território. Esta mobilização tem possibilitado a organização de formas de resistências das organizações comunitárias e coletivas locais que passam, mediante a configuração da realidade enfrentada, a procurar as condições efetivas de resolução dos conflitos por meio do diálogo com instâncias auxiliadoras deste processo. Um destes exemplos está nas atividades desenvolvidas junto as organizações sociais presentes na microrregião do



Alto Solimões, como o Conselho Indígena Missionário (CIMI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e as Universidades locais<sup>11</sup> que passam a realizar oficinas onde são discutidas as questões jurídicas sobre os direitos de acesso à terra, a proteção e gestão dos bens comuns contra a violação dos direitos adquiridos pelos povos e comunidades tradicionais.

Outra atividade que se traduz como resistência neste processo é historicamente representada pelo movimento iniciado no Brasil com o Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia<sup>12</sup> (PNCAA), que aliado aos grupos de pesquisa nas universidades locais tem realizado o mapeamento participativo dos territórios demandados pelas comunidades locais a partir de ferramenta metodológica que tem possibilitado uma cosmografia dos conflitos socioambientais com o uso de geotecnologias a partir das representações socioterritoriais do ecossistema, dos espaços de uso comum e das possibilidades de diálogo com as. O resultado dos mapeamentos participativos instituiu a produção de mapas situacionais representado pelas cartografias sociais, como uma forma de empoderamento local a partir da construção de documentos paradigmáticos em formato de boletins e cartilhas que possam, ao mesmo tempo, a serem utilizadas entre os comunitários para discussão sobre as questões locais referentes ao uso dos seus territórios, como também enquanto instrumentos técnicos que auxiliem em processos de tomada de decisão junto aos órgãos competentes no processo de identificação de problemas associados aos conflitos e a violência sofrida por estes agentes impactados.

Figura 6. Elaboração das cartografias sociais a partir de oficinas participativas. Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa (2016, 2017).